



Índice

- 01** Redução de Terra Indígena não é alternativa para solução de conflitos fundiários
- 02** Fazendeiros têm até sexta para entregar 640 mil à Justiça; dinheiro será fiscalizado por indígenas
- 03** Organizações apoiam retorno da polícia à TI Marãiwatsédé (MT) para retirada de invasores
- 04** MT – Lançamento do livro “Controle social na saúde indígena”, 04/02, Cuiabá
- 05** “Qual foi o crime cometido pelo Ivanildo Tenharim mesmo?”
- 06** Quilombolas: Incra inicia elaboração de relatórios antropológicos em territórios de Óbidos (PA)
- 07** Índios do rio Cuieiras (AM) recriam cultura e pedem demarcação
- 08** “Escolta policial para tenharim gera protestos em Humaitá”
- 09** BA – Comunidade Quilombola Rio dos Macacos fecha pista e denuncia violências praticadas pela Marinha do Brasil
- 10** 300 Famílias já retornaram a área de Marãiwatsédé
- 11** UFGD abre amanhã inscrições para Especialização em Educação
- 12** Caixa assina contratos do PNHR com 215 famílias quilombolas no Amapá
- 13** Povo Tapirapé denuncia construção de estrada que afetará aldeias



- 14 Justiça Federal dá 4 anos para Incra regularizar terras quilombolas no PA
- 15 Famílias que se recusarem a deixar terra indígena serão presas, diz PRF
- 16 Desintrusão completa 1 ano e fato pode ter motivado nova invasão
- 17 Brasil recebe mais médicos cubanos esta semana
- 18 Comissão define em fevereiro roteiro de trabalho sobre demarcação de terras indígenas
- 19 MPF discute educação indígena na Aldeia Sapukai
- 20 Conjuntura nacional, seus reflexos e consequências para a população negra e o Movimento Negro no Brasil
- 21 Comunidade Guarani Kaiowá mais ameaçada enfrenta nova reintegração de posse
- 22 Depoimento de Damiana, cacique Guarani Kaiowá ameaçada por pistoleiros
- 23 Indígenas protocolam reivindicações no Ministério Público Federal, em RR
- 24 Policiais monitoram grupo que invadiu terra indígena em MT
- 25 Grupo de trabalho vai discutir universidade indígena
- 26 As doenças culturais
- 27 Deputado cobra ação do governo em área indígena invadida no MT
- 28 Funai pede proteção da Polícia Federal para os índios do Morro dos Cavalos
- 29 Famílias notificadas para deixarem reserva estão cadastradas pelo Incra
- 30 Suiá-Missú: Ezequiel Fonseca pede providências do Governo Federal em favor das famílias desalojadas



Boletim de Notícias - Edição nº 16./ 2014

Brasília, 28 de janeiro de 2014.

-
- 31** Remanescentes de quilombolas buscam reconhecimento em Bom Retiro do Sul
 - 32** A História dos Tenharins



Redução de Terra Indígena não é alternativa para solução de conflitos fundiários
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2014

O Conselho Indigenista Missionário manifesta preocupação diante da possibilidade de haver “redução” dos limites da Terra Indígena Mato Preto, no estado do Rio Grande do Sul.

Em reunião realizada no dia 23 de janeiro, nas dependências do Ministério Público Federal, no município de Erechim, a comunidade indígena que ocupa uma pequena parcela dos 4.230 hectares declarados tradicionais do povo Guarani Chiripá e Mbya, apresentou pedido para que a referida área seja reduzida. A justificativa apresentada pelos Guarani, foi a de que não suportam mais as condições precárias a que estão expostos no acampamento em que vivem, há cerca de 12 anos, à margem da via férrea sob concessão da América Latina Logística (ALL), próximo à rodovia BR 153.

Em nenhum momento os Guarani questionaram as provas técnico-científicas contundentes que embasam o procedimento administrativo e justificam a emissão da portaria declaratória número 2.222, pelo Ministro da Justiça, no dia 21 de setembro de 2012.

Além da comprovada morosidade do governo federal na condução do procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas, deputados ruralistas do Rio Grande do Sul têm feito discursos anti-indígenas agressivos e inflamatórios, não hesitando em criminosamente incentivar a fazendeiros e agricultores a pegarem em armas e declararem guerra contra os indígenas naquele estado.

O Conselho Indigenista Missionário manifesta compreensão e respeito ao pedido feito pelos Guarani. No entanto, entende que uma solução efetiva não será alcançada com a redução da terra tradicional do povo e sim pelo cumprimento do dispositivo constitucional, com a agilização do procedimento de demarcação em curso, a conseqüente indenização e reassentamento dos não-indígenas e a efetivação da posse da terra por parte dos Guarani.

O Cimi alerta que uma eventual “redução” a terra já declarada como tradicionalmente indígena, trará conseqüências extremamente negativas não somente para os próprios Guarani, mas também para todos os povos indígenas do Brasil. Num momento em que os direitos territoriais e os povos indígenas são violentamente agredidos em todas as regiões do país, a redução da Terra Indígena Mato Preto seria entendida como um prêmio à morosidade governamental e aos setores político-econômicos responsáveis pelo ataque anti-indígena em curso.

O Cimi receia que os setores anti-indígenas, especialmente a bancada ruralista, logo mais irão alardear este fato e passar a mensagem de que é vantajoso opor-se às demais demarcações em curso no Rio Grande do Sul e no país, chegando inclusive ao cúmulo de ameaçar e incitar violências físicas contra estes povos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 16./ 2014

Brasília, 28 de janeiro de 2014.

A consequência disso será o aumento exponencial dos conflitos pela terra e das violências contra os indígenas naquele e noutros estados. Redução de Terra Indígena jamais será uma alternativa para solução de conflitos fundiários!

Brasília, DF, 27 de janeiro de 2014.

Conselho Indigenista Missionário – Cimi

Fazendeiros têm até sexta para entregar 640 mil à Justiça; dinheiro será fiscalizado por indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2014



Por Ruy Sposati, de Campo Grande, no Cimi

Começa a correr nesta segunda-feira, 27, o prazo estabelecido pela Justiça Federal para que fazendeiros entreguem à Justiça o valor total arrecadado em leilão para financiar ações contra indígenas no Mato Grosso do Sul. Segundo a decisão, o montante angariado no chamado Leilão da Resistência deve ser depositado em juízo e só poderá ser utilizado com a aprovação dos indígenas e do Ministério Público Federal (MPF).

Convocado pela Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), com o apoio da bancada ruralista do Congresso Nacional, o leilão foi realizado no dia 7 de dezembro, em Campo Grande, com a presença da senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Katia Abreu (PMDB-TO) além de parlamentares da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA).

No dia 3 de dezembro, o Conselho do Aty Guasu Guarani e Kaiowá e o Conselho Terena entraram com uma ação na Justiça Federal exigindo a suspensão do leilão, denunciando que ruralistas planejavam realizar a atividade para arrecadar fundos para a “contratação de empresas de segurança em supostas defesas de terra”, conforme apontava a petição inicial dos indígenas.

CONT.



Leilão suspenso

Dois dias depois, a juíza Janete Lima Miguel, da 2a. Vara de Campo Grande da Justiça Federal, determinou que o Leilão da Resistência não fosse realizado. A decisão argumentava que “esse comportamento por parte da parte [fazendeiros] não pode ser considerado lícito, visto que pretendem substituir o Estado na solução do conflito existente entre a classe ruralista e os povos indígenas” e que “tem o poder de incentivar a violência (...) e colide com os princípios constitucionais do direito à vida, à segurança e à integridade física”.

No entanto, poucas horas antes da data prevista para que o leilão ocorresse, a suspensão foi cancelada. Em uma movimentação judicial considerada anormal pelos advogados dos indígenas, as entidades ruralistas questionaram judicialmente, um dia antes do leilão, a imparcialidade e independência da juíza Janete, que havia suspenso o leilão. Ela, então, se declarou suspeita perante a Justiça para julgar o caso. O Tribunal Regional Federal da 3a. Região (TRF-3) então nomeou Pedro Pereira dos Santos, da 4a. Vara, para julgar o caso.

Às 22h30 de sexta-feira, 6, o juiz Pedro Pereira dos Santos, da 4ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande reverteu a decisão anterior e liberou a realização do leilão. Estabelecendo condicionantes para que ele fosse realizado: o dinheiro arrecadado com o leilão deveria ser depositado numa conta judicial e controlado pela Justiça; os leiloeiros deveriam discriminar os nomes dos arrematadores e os valores pagos; a utilização dos recursos arrecadados com o leilão só poderá ser feita depois da Justiça ouvir as organizações indígenas Aty Guasu e Conselho Terena, além do Ministério Público Federal (MPF).

Algumas horas antes do início do evento, os indígenas entraram com mandado de segurança pedindo a suspensão dos efeitos da nova decisão, sem sucesso. O juiz plantonista Leonel Ferreira, do Tribunal Regional Federal da 3a. Região (TRF-3), negou o pedido, argumentando que as condicionantes estabelecidas na decisão eram suficientes para coibir as ilegalidades denunciadas pelos indígenas.

Até o momento, nos autos do processo principal, foram registrados dois depósitos em juízo realizados em dezembro, nos valores de 49 mil e 131,5 mil reais.



Organizações apoiam retorno da polícia à TI Marãiwatsédé (MT) para retirada de invasores

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2014

Confira a nota pública assinada pelo ISA, Cimi, Opan e Greenpeace em apoio ao retorno das forças policiais à Terra Indígena Marãiwatsédé, no nordeste do Mato Grosso. Dias depois da saída dos agentes de segurança, a área foi novamente invadida por não índios

Nota pública – Organizações da sociedade civil apoiam retorno de forças policiais à Terra Indígena Marãiwatsédé para retirada de invasores

Há exatamente um ano terminava a operação de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé, no nordeste de Mato Grosso. Ela resultou de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), órgão máximo da Justiça brasileira, que determinou a retirada de todos os não índios da área. Lamentavelmente, no aniversário da emblemática retomada do território xavante após 20 anos de batalhas judiciais pelo direito de ocupar suas áreas tradicionais, uma nova invasão, orquestrada localmente, acaba de acontecer. De acordo com os Xavante, um grupo de pelo menos 50 pessoas invadiu a localidade conhecida como Posto da Mata, no interior da terra indígena, expulsando servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) que ali trabalhavam. Na manhã de domingo (26/1), o cacique Damião Paridzané foi perseguido quando tentava se aproximar do local.

Apesar da presença da Força Nacional de Segurança ao longo do ano de 2013, diversos grupos foram flagrados pelos policiais e pelos Xavante em rondas pela Terra Indígena Marãiwatsédé, fragilizada mesmo após a desintrusão em virtude da existência de estradas que cortam a área – fato este que facilita as invasões. Entretanto, o que se viu no episódio que se iniciou neste fim de semana foi uma ação articulada de tentativa de reinvasão, o que constitui um crime e atentado contra a decisão da última instância do Poder Judiciário brasileiro.

Não é possível reverter a determinação do STF de retirar todos os não índios da área tendo em vista que o caso transitou em julgado, ou seja, não cabe mais nenhum recurso judicial. Muito menos há hoje alguma decisão da Justiça que pretenda contrariar tal determinação. Em respeito a ela, a Justiça Federal já decidiu que as forças policiais devem retornar à Terra Indígena para retirar os invasores e manter a ordem.

Essa nova invasão a Marãiwatsédé é mais uma afronta ao direito do usufruto exclusivo das terras indígenas, em meio a ataques à legislação indigenista expressos em projetos inconstitucionais defendidos pela bancada ruralista, como a PEC 215, que tira do Executivo e transfere ao Congresso a prerrogativa de aprovar as demarcações de terras indígenas – o que na prática significará a paralisação das mesmas – e o PLP 227 que abre as terras indígenas à exploração econômica do agronegócio, empresas de energia e mineração.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 16./ 2014

Brasília, 28 de janeiro de 2014.

As entidades abaixo-assinadas apelam pela presença do Estado brasileiro e do comprometimento do governo de Mato Grosso para não acirrar a situação de tensão, cumprindo com seu dever de garantir governança na região e dignidade no assentamento de famílias de pequenos posseiros.

Alertamos sobre a gravidade desse fato e a reincidência de atos de ilegalidade praticados contra as terras indígenas, em total desrespeito aos povos e à Justiça brasileira, solicitando que o Estado brasileiro tome medidas enérgicas para desestimular e punir atitudes criminosas como essa.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
Greenpeace
Instituto Socioambiental (ISA)
Operação Amazônia Nativa (Opan)



Boletim de Notícias - Edição nº 16./ 2014

Brasília, 28 de janeiro de 2014.

MT – Lançamento do livro “Controle social na saúde indígena”, 04/02, Cuiabá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2014



Controle social na saúde indígena

A EXPERIÊNCIA DA OPAN EM BRASNORTE, MT

Convite

Temos o prazer de convidá-lo para o coquetel de lançamento do livro "Controle social na saúde indígena - a experiência da OPAN em Brasnorte, MT". A publicação reúne reflexões e análises de 12 anos de intervenção na saúde indígena no município de Brasnorte junto aos povos Manoki, Myky e Enawene Nawe, durante o convênio OPAN-Funasa.

O livro é de interesse para profissionais de saúde, servidores públicos, gestores, estudantes e indigenistas e será lançado no **auditório da livraria Janina, no Shopping Pantanal, em Cuiabá, no dia 4 de fevereiro às 19h.**

A publicação será distribuída gratuitamente e tem edição limitada.



Realização:



Apoio:



EMBAIXADA DA NORUEGA

Baixe o livro em
amazonianativa.org.br

“Qual foi o crime cometido pelo Ivanildo Tenharim mesmo?”
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2014

Isso sim é discriminação®

Vergonha de ser brasileiro



www.acriticadehumaita.com.br

Toda essa segurança foi colocada apenas para o secretário indígena de Humaitá Ivanildo Tenharim, esse é o exemplo bom do governo federal ao povo não indígena de Humaitá e do Brasil. É vergonhoso, humilhante assistir esse tipo de coisa em

Francisco Chagas Souza
Seguir · há 22 horas ·

Francamente, que país é este, em que a lei tem lado contrário e a polícia é usada pra proteger os criminosos essa é pra acabar...
Quem não concorda com este abuso compartilhe...

Curtir · Comentar · Compartilhar

114 pessoas curtiram isso.
149 compartilhamentos
Ver mais 25 comentários

Rodenilson Gomes No brasil ja era pra ter feito q nem nos estados unidos ezimados quase todos os indios!!! Sao realmente um bando de vagabundo
há 3 horas · Curtir

Elexor Rica Mas o Prefeito não Exonerou o Secretario Indigena?
há 3 horas · Curtir ·

Ana Claudia Maciel E eles ficam nos enrola assim como fizeram com um caso do meu imao agente tem fica ali sabe adulado pra eles fazerm o serviço q eles sao pagos. E meus amigos o tempo passa ms a dor fica e assassinos por ai soltos os q ajudaram a mata meu imao aida,estao tudo de boa igual esses indios ai so andando de carro....
há 1 hora · Curtir

Ana Claudia Maciel Os politicos nem ai n foi ninguém da familia deles pq se foca ai sim eles se levavam da cadeia nosso Brasil e assim brase n tem justiça ms eu sei de uma justiça DE DEUS N FALHA essa sim vai doe.....E q Deus de força pra essas familias assim como ele tem nos dado ate hj....
há 1 hora · Curtir

Nasson Aragão Braga É fácil começar resolver isso. Em outubro tem eleição e o voto é a nossa maior arma.

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Complementando a matéria de Kátia Brasil, publicamos esta foto da manhã do dia 25, quando o post já havia recebido curtidas, compartilhamentos e comentários. Destes visíveis na página, o primeiro é primoroso, como pode ser visto ampliado abaixo.

114 pessoas curtiram isso.
149 compartilhamentos
Ver mais 25 comentários

Rodenilson Gomes No brasil ja era pra ter feito q nem nos estados unidos ezimados quase todos os indios!!! Sao realmente um bando de vagabundo
há 3 horas · Curtir

A crítica - comentário



Boletim de Notícias - Edição nº 16./ 2014

Brasília, 28 de janeiro de 2014.

Uma única pessoa – uma mulher – havia ousado fazer, tranquila e pacificamente, às 20:05 do dia 24, a pergunta que serve de título a este post, dirigindo-a ao editor do portal: “Qual foi o crime cometido pelo Ivanildo Tenharim mesmo?”. Como não havia de fato resposta honesta passível de ser dada, restou a um cidadão (?) que aparece ao lado de duas meninas, provavelmente suas filhas, chamá-la de “vadia” e mandá-la fazer coisa que não interessa aqui repetir. Ganhou duas ‘curtidas’ de presente...

Quilombolas: Incra inicia elaboração de relatórios antropológicos em territórios de Óbidos (PA)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2014



Incra – Equipe do Incra no Oeste do Pará (PA) se dirige nesta segunda-feira para o Município de Óbidos (PA), onde serão realizadas reuniões nos territórios de Arapucu e Nossa Senhora das Graças, que pleiteiam a regularização como remanescentes de quilombos. É o início dos trabalhos do Incra nesses locais, onde estima-se que ao menos 145 famílias residam. Os encontros ocorrerão nos dias 28, em Arapucu, e 30 e 31, em Nossa Senhora das Graças.

O objetivo é reunir os comunitários, explicar os procedimentos que envolvem todo o processo de regularização de territórios quilombolas e estabelecer um cronograma para a elaboração dos relatórios antropológicos, cuja conclusão está na meta do Incra para este ano.

“O relatório antropológico é um estudo muito detalhado da comunidade. Nós iniciaremos os trabalhos agora, no final de janeiro, e, provavelmente, no final de novembro, retornaremos às comunidades para apresentar as informações colhidas e validar os relatórios antropológicos”, informa a antropóloga Raquel Amaral, chefe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/Oeste do Pará.

Metas

Outros dois territórios estão no planejamento do Incra para o início da elaboração dos relatórios antropológicos em 2014: Muratubinha (Óbidos) e Patos do Utuqui (Santarém).

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.

Índios do rio Cuieiras (AM) recriam cultura e pedem demarcação
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2014



Elaíze Farias, Amazônia Real

Ao longo dos últimos 50 anos, famílias indígenas provenientes do Médio Solimões e do Alto Rio Negro fixaram-se em áreas à margem do rio Cuieiras, afluente do rio Negro, em Manaus (AM), e fundaram sete comunidades. Desde então, as famílias passaram a lutar pela regulamentação da terra, sem nunca serem atendidas plenamente pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Em 2008, a Funai instalou uma placa de terra indígena em uma das comunidades, a aldeia Kuanã, mas a medida não tinha valor demarcatório.

Somente na semana passada é que a possibilidade de regulamentação pode enfim resultar em medidas efetivas. No último dia 22, a pedido do Ministério Público Federal do Amazonas, a Justiça Federal concedeu liminar para que a Funai crie um grupo técnico para identificar e delimitar as terras e apresente o relatório conclusivo dos estudos em seis meses.

“Nossa luta já vem desde o final da década de 90 e essa decisão da justiça estamos esperando há muito tempo. Sem regulamentação, a gente não tem autonomia, não tem infraestrutura, não tem escola própria, nem posto de saúde. A gente se vê num patamar de desigualdade. Espero que agora a Funai faça seu trabalho para que este território seja reconhecido como nosso”, conta Joilson Paulino, 38, indígena da etnia karapãna e liderança da aldeia Kuanã, em entrevista ao Amazônia Real.

CONT.



Sobreposições e conflitos

O rio Cuieiras está localizado à margem esquerda do rio Negro, na região do arquipélago de Anavilhanas. As comunidades indígenas são Três Unidos, Nova Esperança, Boa Esperança, Barreirinha, além de Terra Preta e São Tomé, estas localizadas às margens do rio Negro, na entrada do Cuieiras. A aldeia Kuanã, situada dentro de uma comunidade maior denominada Nova Canaã, tem uma peculiaridade: ela foi fundada devido a conflitos com moradores não indígenas. Para evitar novas desavenças, os indígenas instalaram-se em uma outra área mais afastada.

As comunidades são marcadas pela diversidade étnica. Vivem nelas índios das etnias kokama, baniwa, tukano, tikuna, mura, baré, sateré-mawé e karapãna. Segundo dados historiográficos, a região do rio Cuieiras foi habitada séculos atrás por várias populações indígenas, sobretudo os tarumã, extintos durante as ações do processo de colonização que dizimou vários povos nativos da região central do Amazonas, nas proximidades de Manaus.

Além do conflito com famílias não-indígenas, os indígenas também enfrentam outro problema: as comunidades estão sobrepostas a uma unidade de conservação, o Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul (Parest Setor Sul). Um estudo realizado em 2011 pelo grupo de pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Nova Cartografia Social da Amazônia, relata que várias comunidades tradicionais e indígenas do Amazonas não foram consideradas no momento de implantação das unidades de conservação desde a década de 80, como foi o caso do Parest Setor Sul.

No local, há também uma base da Polícia Federal que, segundo os indígenas, limitou a mobilidade dos moradores. O acesso a pequenos rios para pescar, como o Branquinha e o Tucumã, deve ser feito por meio de autorização da PF.

Há pouco mais de dois anos, algumas comunidades também vivenciaram impactos ambientais nas proximidades por causa da extração de areia. Embora autorizadas por órgãos ambientais, as empresas tiveram sua atividade questionada pelos indígenas, que temiam os danos provocados em sua saúde já que a extração, segundo eles, contaminava o leito do rio que abastecia as comunidades. Na época, Joilson denunciou a extração de areia na imprensa e, segundo seu relato, passou a ser perseguido na comunidade por não indígenas.

“Depois que falei nos jornais, perdi meu emprego como professor da escola de Nova Canaã. Passei a ser perseguido por não índios e fui discriminado. Somente depois é que voltei a trabalhar como professor, mas apenas no barracão da nossa comunidade indígena. Gostaria de ter direito a voltar a trabalhar na escola”, conta Joilson, cujo pai é da região do rio Tiquié, no Alto Rio Negro (AM).

Recriação da cultura

Embora não sejam originários das comunidades do rio Cuieiras, os indígenas têm direito à terra não apenas pelo tempo que estão na área, mas pela recriação de sua organização social e de suas relações culturais, segundo análise do pesquisador Glademir Sales dos Santos, um dos

CONT.



autores do relatório do Nova Cartografia Social da Amazônia feito na região do rio Cuieiras.

“Os indígenas destas comunidades não se consideram migrantes. Eles dizem que fizeram apenas o que outros grupos indígenas faziam antes, que era se deslocar de uma área para outra. Nestes locais estão indígenas que desceram o rio Negro e o rio Solimões e se estabeleceram em outras áreas. O local então é uma área indígena. Eles mantêm a sua cultura e sua relação com o passado de seu povo”, diz Glademir.

Demanda antiga

O pedido de demarcação e regulamentação das terras indígenas do rio Cuieiras é antigo. O primeiro deles ocorreu em 1996, quando os moradores de Três Unidos e São José enviaram a demanda à Funai. Novos pedidos de reconhecimento ocorreram na década seguinte. Em 2004, o MPF recebeu representação da Associação dos Moradores da Comunidade de São Sebastião das Cuieiras, na qual os indígenas relatavam que há vários anos aguardam a demarcação da terra. Em 2010, o Ministério Público Federal (MPF) do Amazonas entrou com ação civil pública na Justiça Federal requerendo a realização e conclusão dos estudos.

Segundo informações do MPF, a Funai chegou a realizar levantamento topográfico das comunidades do rio Negro e afluentes, denominando-as Terra Indígena do Rio Cuieiras, mas os dados não foram avaliados por nenhum grupo técnico definido pelo órgão.

Em um trecho da sentença, a juíza federal Maria Lúcia Gomes de Souza afirma que “a demora na providência implica enorme prejuízo para a comunidade do local porque o passar do tempo aliado a omissão do poder público permite a ocupação de mais pessoas não-índios, culminando com a descaracterização do local e a iminência de sérios conflitos”.

“Escolta policial para tenharim gera protestos em Humaitá”

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2014



O secretário municipal de Povos Indígenas de Humaitá, Ivanildo Tenharim. (Foto: Arquivo pessoal)

Kátia Brasil, Amazônia Real

Sem sair da aldeia Marmelos há 23 dias por orientação da Polícia Federal e da Funai (Fundação Nacional do Índio), Ivanildo Tenharim, 34, deixou a reserva indígena pela primeira vez na terça-feira (21), desde a revolta contra os tenharim em dezembro. Ele foi escoltado por dez militares e três veículos da Força Nacional de Segurança para resolver questões relacionadas ao cargo que ocupa na Prefeitura de Humaitá.

A proteção policial ao secretário municipal de Povos Indígenas gerou críticas de moradores nas ruas e nas redes sociais. “Fui muito xingado. Disseram que a polícia estava me protegendo porque sou bandido”, disse Ivanildo Tenharim ao portal Amazônia Real.

As críticas ao secretário Ivanildo Tenharim mostram o clima de tensão que continua aceso em Humaitá (a 591 quilômetros de Manaus). Até o momento, a Polícia Federal não divulgou o resultado das investigações sobre a morte do cacique Ivan Tenharim, o desaparecimento de Stef Pinheiro, Luciano Freire e Aldeney Salvador e a destruição dos bens públicos na cidade no mês de dezembro.

CONT.



O Ministério Público Federal do Amazonas recebeu o inquérito da Polícia Federal na segunda-feira (20), mas não divulgou se a Justiça concedeu prazo para prorrogar as investigações e as diligências do caso. O motivo da prorrogação seria a demora no laudo da perícia em peças queimadas do veículo em que os homens viajavam, quando foram vistos pela última vez no dia 16 de dezembro na reserva Tenharim-Marmelos.

Ameaças

Durante a revolta em Humaitá no dia 25 de dezembro, o secretário municipal de Povos Indígenas de Humaitá, Ivanildo Tenharim ficou refugiado com mais 140 índios, das etnias tenharim, parintintin, jiahui e uru-eu-uau-uau, além de funcionários da Funai, no 4º. BIS (Batalhão de Infantaria de Selva) do Exército. Eles foram ameaçados de morte por manifestantes da cidade revoltados com os desaparecimentos.

Depois de seis dias de permanência no quartel, Ivanildo Tenharim e os outros indígenas foram levados às aldeias em ônibus escoltados pelo Exército e Polícia Federal. Desde então, nenhum tenharim sai das aldeias com medo de represálias de manifestantes na cidade. Cerca de 20 estudantes de cursos universitários e do ensino médio estão sem estudar pela falta de segurança.

Ivanildo Tenharim assumiu o cargo de secretário municipal de Povos Indígenas de Humaitá no mês de janeiro. Ele afirmou que, por medida de segurança, partiu da aldeia Marmelos, que fica a 123 quilômetros da cidade, na tarde de terça-feira (21) escoltado por dez militares da Força Nacional de Segurança. Na cidade, foi levado pelos militares ao quartel do 4º. BIS (Batalhão de Infantaria de Selva) do Exército, onde esteve reunido com o prefeito José Cidinei Lobo do Nascimento (PMDB). "Eu sou secretário e fui resolver algumas questões da secretaria com o prefeito. Para evitar problema de segurança na sede da Prefeitura, o prefeito foi ao meu encontro no quartel", disse.

Ivanildo Tenharim afirmou que dormiu nas dependências do 4º. BIS. Na manhã de quarta-feira (22) seguiu escoltado para sua residência e depois foi ao banco. Foi nesse momento, segundo ele, que se deparou com intimidações de moradores da cidade de Humaitá.

"Eu senti que eles não querem ver os tenharim na cidade. Me xingaram de tudo. Disseram que eu protegia bandido. Também disseram que eu não ia ficar muito tempo com a escolta da polícia. Que eu estava lascado", afirmou o secretário, que depois foi levado pelos militares de volta a aldeia Marmelos.

Na sexta-feira (24), os sites de notícias portalhumaitanews e acriticadehumaita divulgaram uma foto (reproduzida acima) com as frases de protestos e um texto em que diz que a segurança da Força Nacional de Segurança ao secretário Ivanildo Tenharim "era um exemplo vergonhoso e humilhante para cidade de Humaitá". A fotografia foi marcada por três setas vermelhas que apontam para cada veículo da escolta ao secretário.

O secretário municipal Ivanildo Tenharim afirma que os protestos dos moradores de Humaitá são contra os tenharim. Outras etnias não estão sendo hostilizadas. Ele disse que nas aldeias

CONT.

tenharim todos sabem que o motivo da revolta é o desaparecimento dos três homens. Segundo ele, nenhum tenharim confirmou a participação no caso. "Nenhuma liderança falou nada. Não descobrimos nada e ninguém comenta nada", disse.

As famílias dos três desaparecidos responsabilizam os tenharim por crimes de sequestro e homicídio. Peças do carro em que eles viajavam e alguns pertencem foram encontrados pela Polícia Federal dentro da reserva.

"Nós estamos aguardando o resultado das investigações da Polícia Federal. Se for comprovado que foi alguém daqui, vai responder como qualquer cidadão. Na verdade, não tem outra forma de punir, a não ser com a polícia", afirmou Ivanildo Tenharim.

Isso sim é discriminação Vergonha de ser brasileiro



Toda essa segurança foi colocada apenas para o secretário indígena de Humaitá Ivanildo Tenharim, esse é o exemplo bom do governo federal ao povo não indígena de Humaitá e do Brasil. É vergonhoso, humilhante assistir esse tipo de coisa em minha cidade natal. Até parece que foi os índios que foram assassinados na região.

Reprodução de fotografia com frases de protestos do site www.acriticadehumaita.com.br.

BA – Comunidade Quilombola Rio dos Macacos fecha pista e denuncia violências praticadas pela Marinha do Brasil
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2014



Rio Macacos Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais – AATR/Bahia

Neste momento, a comunidade quilombola Rio dos Macacos, juntamente com o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais e entidades de apoio, fecham a pista que dá acesso a Vila Naval em protesto contra os atos de violência perpetrados pela Marinha de Guerra do Brasil no dia 06 de janeiro deste ano contra Rose Meire dos Santos e seu irmão Ednei Messias dos Santos, membros da comunidade quilombola.

Os manifestantes saíram em marcha da comunidade, por dentro da Vila Naval, em direção ao portão de entrada, um dos cenários das ações arbitrárias da Marinha, que tem cerceado o direito de ir e vir da comunidade, e onde ocorreu o início dos atos de tortura e violência contra Rose e Ednei.

Com isso, a comunidade vem denunciar a morosidade dos órgãos responsáveis que até agora não tomaram as devidas providências em relação ao caso. Além das investigações que permanecem paradas e dos militares que cometeram esses crimes continuarem em atividade normalmente.

A comunidade ainda espera a solução do problema: construção de estradas alternativas que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 16./ 2014

Brasília, 28 de janeiro de 2014.

evitem o uso da portaria da Vila Naval pela comunidade, bem como, por fim, que o Estado brasileiro conclua o processo de titulação do território, o que poderá, de fato, colocar um ponto final na história de violências cotidianas sofridas pela comunidade.



300 Famílias já retornaram a área de Marãiwatsédé

SÍTIO OLHAR 21, 27.01.2014

Pelo menos 300 pessoas retornaram às suas antigas propriedades no distrito Estrela do Araguaia, em Alto Boa Vista, alvo de uma gigantesca força-tarefa para retirada de não índios na Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo Xavante, em 2012. A informação é do vereador da cidade, Nivaldo Oliveira (PP). O parlamentar informa que a medida é um protesto contra o governo federal que não ofereceu até hoje suporte aos agricultores que foram retirados da área. Ele nega as informações de que a estrada de acesso a região tenha sido alvo de bloqueios. "Trabalham em cima de mentiras. Lá não houve fechamento algum".

Explica que 'a Funai começou a destruir os currais no ano passado, destruir tudo. As famílias que já retornaram para lá disseram que não vão sair'. O vereador confirma ainda que esteve no domingo (26) na região e que pelo menos 300 famílias estavam no local e há expectativa é de que esse número aumente. Sem acomodações, eles utilizam o Posto da Mata como base para alimentação. 'Eles se reúnem ali para o almoço e jantar.

Segundo o vereador, "o que as pessoas estão fazendo é um grande protesto porque foram arrancadas de sua vida e, simplesmente, jogadas. Algumas ficaram às margens da rodovia, outras na casa de parentes. "Eles receberam apenas um kit lona, que só tem uma lona preta e mais nada. Teve muita gente que se matou. Outras se suicidaram ou morreram por causa de conflitos depois da ação".

Ele questiona ainda a homologação da terra indígena Marãiwatsédé, do povo Xavante, data de 1998, mas a decisão judicial que determinou a retirada de não índios só foi prolatada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012. Desde então, o conflito jurídico entre a Funai e ruralistas se acentuou. "Tudo o que construíram se baseia em mentiras. Não vimos indígena algum naquela região".

A terra indígena tem 165.241 hectares e está localizada entre os municípios de São Félix do Araguaia e Alto Boa Vista. Atualmente, vivem cerca de mil indígenas Xavante. De acordo com a Associação dos produtores da Suiá Missú (Aprosum) mais de 7 mil pessoas moravam na área quando houve a desintrusão.

No domingo, a Justiça Federal determinou que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal sejam intimadas para que retornem a região em razão do risco de invasão à terra indígena. O juiz Jeferson Schneider, da 5ª Vara da Justiça Federal, determina que na hipótese da invasão ocorrer, as forças de segurança devem fazer a identificação dos invasores, especialmente das lideranças, a apreensão dos veículos e equipamentos utilizados para resistir e desobedecer a polícia. O Ministério Público Federal será comunicado para tomar as providências cabíveis na esfera penal, como requerer a prisão dos responsáveis pela invasão.

Fonte: Patrícia Neves/ Olhar Direto



UFGD abre amanhã inscrições para Especialização em Educação

SÍTIO O PRELIMINAR, 27.01.2014

Com o objetivo de contribuir para a formação de profissionais (gestores e docentes) da Educação Básica que atuam diretamente na Educação Escolar Indígena, a Faind (Faculdade Intercultural Indígena) da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) abre, a partir desta terça-feira, dia 28 de janeiro, inscrições para a seleção da primeira turma do curso de Especialização em Educação Intercultural com área de concentração em Educação Intercultural Indígena.

O edital está disponível pelo link http://editais.ufgd.edu.br/download/Edital_39_2013.pdf e deve ser devidamente lido pelos interessados em participar da seleção. Ao todo são 60 vagas, para ingresso no primeiro semestre de 2014, com previsão para março. As inscrições devem ser efetuadas exclusivamente pela internet, por meio do endereço <http://www.ufgd.edu.br/posgraduacao>, até o dia 18 de fevereiro.

O curso será presencial, com duração de 18 meses e carga horária de 405 horas. Durante os dois primeiros semestres as aulas serão ministradas às sextas-feiras à noite e aos sábados, nos períodos matutino e vespertino. No terceiro semestre os discentes se dedicarão exclusivamente à produção do trabalho final, que será apresentado em formato de artigo científico.

O programa do curso compreende temas como administração e gestão escolar na educação escolar indígena, avaliação e planejamento na educação escolar indígena, fundamentos legais da educação escolar indígena, história da educação escolar indígena, educação escolar indígena e gestão territorial, currículos diferenciados, políticas linguísticas na educação escolar indígena, interculturalidade, didática intercultural, políticas públicas e educação escolar indígena e saberes tradicionais e a descolonização dos saberes escolares.

O processo de seleção será composto de três fases: análise documental, prova escrita e análise curricular. A prova escrita está prevista para o dia 1º de março.

Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail posintercultural@ufgd.edu.br. Também das 8 às 11 horas e das 14 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, na Secretaria da Faculdade Intercultural Indígena, localizada na rua João Rosa Góes, 1761, Vila Progresso. Fone: (67) 3410-2621.



Caixa assina contratos do PNHR com 215 famílias quilombolas no Amapá

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 28.01.2014

A operação é parte do Programa Nacional de Habitação Rural, que visa atender trabalhadores residentes na zona rural, com renda familiar anual de até R\$ 15 mil

Em agosto de 2013, a ministra participou da solenidade de entrega de casas do PNHR na Comunidade Quilombola Palmeirinha em Minas Gerais

A Caixa assinou contratos para construção de 215 unidades habitacionais na zona rural do Amapá no dia 10 de janeiro. A ação beneficia as comunidades quilombolas de Igarapé do Lago, Ressaca da Pedreira, Rosa, Curralinho e Conceição do Macacoari.

Trata-se de uma operação de concessão de subsídio à habitação com recursos do Orçamento Geral da União, enquadrada no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). De abrangência nacional, o PNHR visa atender trabalhadores residentes na zona rural, com renda familiar anual de até R\$ 15 mil e faz parte do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), do Governo Federal.

“Este ato materializa o esforço do Governo Federal em levar as políticas públicas até onde estão as pessoas, até as comunidades mais distantes das cidades e dos grandes centros”, afirma o gerente regional de governo da Caixa no Amapá, Célio da Silva Lopes. Segundo ele, “assistir a comunidades remanescentes de quilombos, às vésperas do aniversário da Caixa, simboliza que a empresa sempre esteve e sempre estará ao lado das populações que mais precisam de apoio”.

O representante da comunidade de Conceição do Macacoari, senhor Adenor de Souza, traduziu em sua fala o empenho dos quilombolas para a concretização do projeto: “Todos sonhamos em ter uma casa, mas poucos são os que lutam para alcançar esse sonho. Nós lutamos e podemos dizer que este momento é o resultado da nossa luta. Foi porque não ficamos acomodados, que daqui a alguns meses teremos nosso lugar para descansar”.

Programa Nacional de Habitação Rural - Parte integrante do Programa Minha, Casa Minha Vida (PMCMV), o PNHR foi criado pela necessidade de uma política habitacional que atendesse as especificidades da moradia no campo, onde as diferenças em relação ao meio urbano – tais como cultura, forma de remuneração, gleba de terra, logística para construção – passaram a ser consideradas nos programas de moradia para a população do meio rural.

Jornal da Caixa



Povo Tapirapé denuncia construção de estrada que afetará aldeias

SÍTIO CIMI, 27.01.2014

Em documento encaminhado no final de 2013 ao Ministério Público Federal em Mato Grosso, indígenas de sete aldeias do povo Tapirapé-Apyãwa denunciaram o processo de construção da estrada MT-100, na região nordeste do estado que afetará todas as suas comunidades.

Em visível violação dos direitos dos povos indígenas assegurados pela Constituição Federal e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a estrada já se encontra com as obras adiantadas, sem que a comunidade tenha sido devidamente consultada. O documento ainda apresenta denúncias de tentativas de aliciamento da comunidade, visto que políticos da região, entre eles os prefeitos de Confresa, Santa Terezinha e de Porto Alegre do Norte, acompanhados do deputado estadual Baiano Filho, ofereceram, durante reunião na aldeia Tapi'itãwa, caminhonetes em troca da abertura da estrada. De maneira absurda, direitos fundamentais como posto de saúde, escola e posto de vigilância também foram oferecidos para que a comunidade aceitasse a construção da estrada. Segundo lideranças do povo Tapirapé-Apyãwa: "tentaram negociar de todo jeito. Todas as promessas eram para ser entregues após a conclusão da estrada, mas a comunidade não aceitou".

Como já haviam avisado na reunião, os Tapirapé-Apyãwa paralisaram as obras no dia 14 de outubro, tendo feito a verificação de que a obra continuava paralisada novamente no dia 22 de outubro.

O que se vê, mais uma vez, é a expressão de interesses de alguns setores buscando se sobrepor aos direitos constituídos. Outra obra, praticamente já concluída nas proximidades, é a pavimentação da BR 158, que também afeta a terra dos Tapirapé. Embora os indígenas tenham apresentado suas reivindicações e acordos tenham sido firmados para atendê-las, nada foi efetivado até o momento.

Lideranças também informaram que no dia 22 de novembro o deputado Baiano Filho se reuniria com alguns indígenas em Confresa, a 29 km da aldeia central da Terra Indígena Urubu Branco. No entanto, as lideranças aguardavam a realização desta reunião na aldeia. "O que fica explícito é que aqui também se utiliza a comum estratégia de dividir a comunidade e fazer acordos com um grupo à parte, legitimando possíveis acordos que ferem os interesses da maioria do povo", afirma Gilberto Vieira, secretário adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Reafirmando sua convicção de não ceder aos interesses contrários ao seu projeto de futuro, os Tapirapé-Apyãwa reuniram suas comunidades novamente no último dia 19 de janeiro para discutir a solicitação do deputado Baiano Filho de que se reunissem novamente no dia 22 de janeiro próximo na aldeia. Após debates e reflexões, os indígenas decidiram não receber o deputado e sua comitiva na aldeia Tapi'itãwa. Nas palavras das lideranças: "chega de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 16./ 2014

Brasília, 28 de janeiro de 2014.

promessa, não tem negócio nenhum com relação à construção da MT 100". A reunião proposta para o dia 22 foi, então, cancelada.

Como foi expresso no documento enviado ao Ministério Público Federal (MPF), assinado por todas as lideranças e representações de todas as aldeias da TI Urubu Branco, os Tapirapé-Apyãwa pedem o embargo das obras.



Justiça Federal dá 4 anos para Incra regularizar terras quilombolas no PA
SÍTIO PORTAL LJ, 28.01.2014

*Segundo juiz José Flávio de Oliveira, descaso viola direitos humanos.
Incra diz que está trabalhando na solução do problema.*

A Justiça Federal do Pará concedeu nesta segunda-feira (27) uma decisão liminar determinando prazo de dois a quatro anos que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) conclua a regularização de terras de 14 comunidades quilombolas no estado. Segundo o Incra, o instituto está trabalhando para resolver estes problemas antes mesmo da decisão judicial.

Os territórios estão distribuídos pelos municípios de Salvaterra, Cachoeira do Arari e Curralinho, na ilha do Marajá. Segundo o juiz José Flávio Fonseca de Oliveira, duas comunidades cuja regularização está mais avançada, com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, devem ser regularizadas no prazo menor. As demais tem até 4 anos para a tramitação dos processos.

Demora nas ações

Segundo a Justiça Federal, o Ministério Público contabiliza 1286 processos de regularização fundiária envolvendo descendentes de escravos. Destes, apenas 31 tiveram título de propriedade emitido, o que corresponde a 2,41% das ações. Ao contrário do que diz o Incra, o MP informa que os processos que envolvem quilombolas do Marajó estariam parados há 10 anos.

De acordo com a decisão do juiz Fonseca de Oliveira, dos 14 processos listados pelo MPF apenas um foi autuado em 2004, cinco foram autuados em 2005, um em 2006 e sete no ano 2007. Isso, para o juiz, é prova de que a tramitação dos processos é lenta, e isso desrespeita o princípio de duração razoável do processo, classificando a atuação do Incra como "descaso e violação dos direitos humanos".



Famílias que se recusarem a deixar terra indígena serão presas, diz PRF

SÍTIO G1/MT, 28.01.2014

Equipes da PRF-MT foram enviadas para evitar a permanência das famílias. Área indígena está ocupada por produtores que foram retirados da área.

Equipes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) chegaram na terra indígena Marãiwatsédé, no município de Alto Boa Vista, a 1.064 km de Cuiabá, nesta segunda-feira (27), para evitar a permanência das famílias de produtores rurais que invadiram o local na última semana. De acordo com o inspetor da Polícia Rodoviária Federal (PRF), José Hélio Macedo, aqueles que se recusarem a deixar a área, de aproximadamente 165 mil hectares, serão presos e devem responder pelo crime de desobediência. A saída dos não índios da terra foi determinada pela Justiça em 2012.

"Vão ser presos e encaminhados para a delegacia de Polícia Civil", disse Macedo. Segundo ele, até agora a situação está tranquila na região e não houve nenhum confronto com os produtores rurais, que já começaram a reconstruir a vila de Posto da Mata, cujas casas foram destruídas durante o processo de desintrusão da área, que começou em dezembro de 2012 e terminou no início do ano passado.

A PRF informou ter sido notificada sobre a decisão do juiz da 5ª Vara Federal de Mato Grosso, Jefferson Schneider, na manhã desta segunda-feira. O magistrado determinou que agentes rodoviários fossem até o local junto com equipes da Polícia Federal. "As equipes já foram enviadas, mas, por questão de segurança, não vamos divulgar o número de agentes", pontuou. Segundo ele, as equipes são especializadas para atuar em operações especiais.

Serão montadas barreiras em trecho da BR-158 e pessoas e veículos deverão ser revistados. "O fluxo de veículos naquela região não é muito intenso, então é possível que paremos todos os veículos", afirmou José Hélio. Não há previsão para a saída dos agentes da área. Só devem sair após decisão judicial.

Reassentamento

A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) informou que a compra de uma área para acomodar as famílias de produtores rurais que foram retiradas da reserva indígena já está em andamento, segundo a. Conforme o Incra, o imóvel será entregue para 174 famílias que se cadastraram no Programa Nacional de Reforma Agrária. Porém, ainda está no aguardo da manifestação de interessados em vender propriedades.

O advogado dos produtores rurais, Luiz Alfredo Ceresim de Abreu, disse que há entre 200 e 300 famílias na terra, que teriam retornado porque não conseguiram se restabelecer em outros lugares. "A terra era tudo o que tinham. Estavam passando fome e resolveram voltar", afirmou. Ele disse, no entanto, que a orientação é para que as famílias só retornassem após decisão judicial. A área pertence aos índios da etnia Xavante.



Desintrusão completa 1 ano e fato pode ter motivado nova invasão

SÍTIO GAZETA DIGITAL, 28.01.2014

Izabel Barrizon, repórter do GD

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) estima que 50 famílias estejam na Terra Indígena Marãiwatsédé, em Alto Boa Vista (1.059 km a nordeste de Cuiabá). Os posseiros foram retirados da região conhecida como Posto da Mata, após determinação da Justiça, em 2012. A área pertence aos índios Xavantes.

Na época da desintrusão, houve confronto com oficiais da Força Nacional, e os posseiros realizaram diversos atos de protesto na BR-158, impedindo o tráfego para as cidades vizinhas, Ribeirão Cascalheira, Porto Alegre do Norte e São Félix do Araguaia.

A retomada da área por parte dos índios completa 1 ano e o fato pode ter motivado a nova invasão, conforme informou o inspetor da PRF, José Hélio Macedo. "Não acreditamos em novos confrontos, por enquanto, a informação que temos é que área está tranqüila, são poucas famílias na região".

Equipes da PRF de Barra do Garças (509 km a leste de Cuiabá) foram designadas para a área e outras da Capital seguem para a região, assim como agentes da Polícia Federal. "Primeiro faremos um levantamento de quantas famílias estão no local, e depois pedir que elas deixem a área", disse o inspetor. Em caso de desobediência, os posseiros serão detidos e encaminhados para a delegacia da região.

Entidades da sociedade civil emitiram nota em que cobram do governo do Estado e do país o comprometimento com a situação dos índios, exigindo cumprimento do dever de garantir o livre acesso destes na região que lhes pertence. Pedem ainda medidas que desestimulem essas atitudes, considerados criminosas. Assinam a nota, o Conselho Indigenista Missionário, Greenpeace, Instituto Socioambiental e Operação Amazônia Nativa.

Acompanhe o GD também pelo Twitter: @portalgazeta



Brasil recebe mais médicos cubanos esta semana

SÍTIO O FLUMINENSE, 28.01.2014

Dois mil médicos cubanos começam a desembarcar nesta terça-feira (28) por Brasília, São Paulo e Fortaleza. Eles fazem parte deste terceiro ciclo do Programa Mais Médicos, que conta com 2.891 profissionais. O grupo também é formado por 891 médicos selecionados por meio de inscrições individuais.

Os médicos vão cursar o módulo de acolhimento e avaliação do programa que dura três semanas e deve começar na próxima segunda-feira (3). A previsão é que os cubanos e os demais estrangeiros participantes do terceiro ciclo comecem a atuar no início de março. Segundo o Ministério da Saúde, a aprovação no módulo é obrigatória para receber o registro que autoriza o trabalho no Brasil durante o programa. A pasta ainda não definiu o local de atuação dos médicos cubanos.

Os 891 profissionais da seleção individual serão distribuídos em 412 municípios e oito Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). São 423 participantes com registro profissional ou diploma revalidado no Brasil e 468 com registro profissional de outros países. O Nordeste vai receber 274 médicos, o Sudeste, 230, o Sul, 178, o Norte, 123, e o Centro-Oeste, 86. Os brasileiros começarão a trabalhar no dia 3 de fevereiro e os estrangeiros, no dia 5 de março.

“Com esses novos médicos, somados aos que já estão atendendo a população nos municípios, serão 9,5 mil médicos atuando nas regiões mais necessitadas e atendendo as populações mais vulneráveis”, disse o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Em todo o país, 6.658 profissionais atuam pelo Mais Médicos em 2.166 cidades e 28 distritos indígenas. A meta é preencher 13 mil postos até o fim de março.

Ag Rio



Comissão define em fevereiro roteiro de trabalho sobre demarcação de terras indígenas

SÍTIO PORTAL RONDON, 28.01.2014

Devem ser realizadas audiências públicas em quase todos os Estados da Federação.

Instalada no fim de 2013, a Comissão Especial que vai analisar a proposta (PEC 215/00) que transfere para os parlamentares o poder de decidir sobre a demarcação de áreas indígenas, de quilombolas e reservas ambientais deve estabelecer já em fevereiro seu cronograma de trabalho.

De acordo com o deputado Celso Maldaner (PMDB-SC), devem ser realizadas audiências públicas em quase todos os Estados da Federação. Ele afirmou que quase todos têm problemas de conflitos de terra entre fazendeiros e indígenas. Segundo o parlamentar, apenas seis Estados não há este tipo de problema.

Maldaner diz acreditar que a situação atual, em que o Poder Executivo determina sozinho quais são as áreas indígenas, causa insegurança jurídica, não atende o que querem os índios e desconsidera a situação de milhares de produtores rurais que ocupam suas áreas de boa-fé. "Fizemos uma pesquisa e apenas 1% dos índios quer mais terra. 99% dos índios hoje querem educação, querem saúde, querem ter melhor qualidade de vida. Os agricultores familiares, eles compraram de boa-fé 80, 90 anos atrás. Estão cumprindo com a finalidade social, produzindo alimentos. Se nós temos uma dívida com a nação indígena, a nação tem que pagar, mas não à custa do pequeno agricultor rural."

Para o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), o Poder Executivo age de modo arbitrário, sem transparência. Ele afirma que não é razoável a demarcação se apoiar unicamente no laudo antropológico elaborado pelos técnicos para determinar se a área é ou não historicamente de uma tribo. "Não pode ter um documento, um laudo antropológico que seja feita unilateralmente e esse documento substituir a escritura pública e o registro. Cada documento que mexe no direito pético da propriedade precisa ser construído à luz dos olhos de todos os interessados."

Posição do governo

O governo federal é contra a mudança e o Ministério da Justiça já se comprometeu a enviar para o Congresso no início do ano uma proposta que permita mais participação da sociedade no processo de demarcação.

Para o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), a proposta é duplamente inconstitucional. Ele diz acreditar que ela fere direitos e garantias fundamentais dos povos indígenas porque iria praticamente inviabilizar novas demarcações de áreas indígenas, quilombolas e ambientais.

CONT.



Revisão das demarcações

Ele também afirma que é uma tentativa de tirar uma atribuição do Poder Executivo, prejudicando o equilíbrio entre os poderes. Molon assinala que até hoje o País tem violado os direitos de seus primeiros habitantes e que isso não pode continuar. "Hoje nós temos o desafio de resgatar, de saldar essa dívida e não de torná-la ainda maior, dificultando a demarcação de suas terras e, ainda mais, correndo o risco de rever demarcações como alguns dos que defendem a PEC 215 no fundo querem: desfazer demarcações já feitas pelo Poder Executivo."

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR) chama a proposta de criminosa porque ameaça direitos adquiridos ao ameaçar rever o que já foi homologado. Na opinião do parlamentar, a proposta ampliaria os conflitos no campo por considerar que hoje não há um equilíbrio de forças dentro do Congresso, que teria uma maioria de representantes dos proprietários rurais. "É chamar para dentro do Congresso Nacional todo conflito agrário do Brasil. Se toda questão de terra passar a ser decidida no Congresso, o conflito será longo. Aqui nada será decidido porque a correlação de forças será muito difícil chegar a uma conclusão; pela própria correlação política de forças dentro do Congresso Nacional."

No ano passado, um grupo de parlamentares pediu ao Supremo Tribunal Federal a suspensão da tramitação da proposta com o argumento de que ela seria inconstitucional, mas o pedido foi negado pelo ministro Luiz Roberto Barroso, que considerou precipitado interferir no funcionamento de uma comissão do Congresso.



MPF discute educação indígena na Aldeia Sapukai

SÍTIO LINEAR CLIPPING, 28.01.2014

A comunidade da Aldeia Sapukai solicitou ao ministério Público Federal (MPF) de Angra dos Reis, que o governo do estado invista em políticas públicas para a educação indígena.

Segundo nota divulgada pelo próprio MPF, para discutir o assunto foi realizada uma reunião na aldeia na última semana com a presença de representantes da secretaria de estado de educação e do Ministério da Educação.

"Desde 2010, o governo do estado do Rio de Janeiro promete melhorias na implementação de políticas públicas para a educação indígena, porém, pouco foi feito", dizia a nota.

A procuradora da República Joana Barreiro Batista ouviu as principais reivindicações dos índios, que pedem que a Secretaria de educação do estado (Seeduc/RJ) invista na infraestrutura das escolas e na formação de professores.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) apresentou uma proposta de curso de magistério indígena já aprovada pelo conselho de educação do estado do Rio de Janeiro.

Segundo informações, falta a liberação de recursos pela Seeduc/RJ há cerca de quatro anos. Segundo os representantes da Secretaria presente à reunião, os entraves para o acordo de cooperação técnica para o início do curso são apenas de ordem burocrática.

Susana Grillo, representante do Ministério da Educação que também esteve presente na reunião, frisou que, entre as condições estruturantes de uma educação indígena de qualidade figuram justamente a infra-estrutura de escolas, formação de professores e controle social efetivo das ações.

A representante do MEC se colocou à disposição para apoio técnico, consultas e elaboração de pareceres que possam acelerar a liberação de recursos, rompendo os obstáculos burocráticos alegados pelos representantes da Seeduc/RJ.

O assunto não terminará nesta discussão. o MPF anunciou que está acompanhando de perto todos os passos sobre o impasse e, inclusive já agendou outra reunião para o dia 25 de fevereiro, com o compromisso da Secretaria de trazer respostas para os problemas apresentados.

"O ministério Público Federal está acompanhando de perto o caso e espera que os entraves até então existentes e que são, aparentemente, de ordem burocrática, sejam resolvidos, com a implementação do curso de magistério indígena ainda no começo deste ano, conforme o comprometimento da Seeduc e do MEC, órgãos que estavam presentes na reunião e se mostraram sensíveis aos pleitos das comunidades indígenas", disse a procuradora da República Joana Barreiro Batista.

Conjuntura nacional, seus reflexos e consequências para a população negra e o Movimento Negro no Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.01.2014

Por Reginaldo Bispo*



Isto é África, mas a foto bem que poderia ser aqui, essa é uma cena cotidiana nas periferias e em todas as regiões brasileira, podendo ser uma criança negra, indígena ou mesmo branca...

O extermínio da juventude negra avança, de forma indiscriminada, sem atenção de qualquer setor do estado, da mídia ou da sociedade. Quase nada foi feito, pelo governo, para cumprir o direito constitucional de titulação dos territórios quilombolas e indígenas, bem como em relação a reforma agrária. Em 20 anos de governos do PSDB e do PT, apenas 20 ou 21 territórios quilombolas foram titulados pelo governo federal. A maioria pequenos quilombos urbanos. Todo ano, retorna ao tesouro as verbas destinadas as titulações, o que faz com que elas sejam reduzidas no orçamento seguinte, ano após ano, provocando insegurança na vida dos quilombolas e indígenas, frente aos ataques e a violência do latifúndio e do agro negócio, devido apoio do governo a esses últimos.

O racismo religioso e o crescimento do setor evangélico no Congresso, tem proporcionado situações bizarras, com o surgimento de "traficantes de cristo" que ameaçam, invadem e expulsam candomblecistas e umbandistas de suas casas de culto no Rio de Janeiro; Em Salvador os "baleiros de cristo", vendedores de bala, agitadores em ônibus, membros das igrejas pentecostais e vendedores de "acarajé de cristo", ligados a igreja universal.

Enquanto reivindicamos um estado laico, plurirracial e multicultural, eles defendem o oposto, um estado confessional e fundamentalista, opressor contra todos os que não pertencem a sua religião, os que não sejam como eles os "escolhidos por Deus". O pior, é que se aliam ao que há de pior e mais reacionário no país, os seguimentos políticos e econômicos capitalistas, os políticos corruptos, aos partidos de direita, aos latifundiários da UDR-Ruralistas, aos homofóbicos e racistas, contrários aos quilombolas, indígenas, ambientalistas, à reforma agrária, e os pequenos agricultores familiares.

Os partidos transformaram-se em meros balcões de negócio, onde se compra e vende um punhado de parlamentares e seu tempo no rádio e TV, para as grandes legendas, em troca de cargos e grana para financiamento de suas campanhas. Perderam sua natureza de serem ideológicos e programáticos, e assim organizar o povo para a conquista do poder.

CONT.



O mandato parlamentar transformou-se em empresa pessoal. Do vereador, deputado ao senador, com raras exceções, deixaram de empenhar-se por leis e projetos em benefício do povo, agora batem-se pela obtenção de seus objetivos pessoais, de cargos, apoio para campanha e de fortuna pessoal. Um cargo parlamentar é o melhor entre todos os negócios existentes no país, já que rende limpinho R\$ 30, 50, 60 mil/mês. O mandato já vem com o rabo preso ao poder econômico [à empresários, ao crime organizado], da arrecadação de igrejas evangélicas, à lavagem de dinheiro sujo de corrupção, tráfico de influência e desvio de estatais.

A militância Negra governista, em sua maioria por fim, se coloca em exposição na vitrine, leiloando e vendendo sua lutas, seus princípios, suas organizações e povo, em troca de migalhas, cargos ou alguma oportunidade de aparecer na foto da mesa das elites poderosas. Enquanto nosso povo sofre com as consequências dos incêndios criminosos e remoção forçada das comunidades pobres da periferia, em razão da Copa.

Quem não tem convenio médico particular, a maioria do povo, sofre com atendimento médico-hospitalar ruim, com escolas e a educação falida, depredadas e sucateadas de baixo nível, transporte público caro de péssima qualidade, saneamento básico inexistente e déficit de moradia populares da ordem de 8 milhões de unidades.

A vitória das cotas raciais, provenientes da luta do MN, dos funcionários e dos alunos das universidades federais, depois da aprovação da constitucionalidade pelo STF, foram reduzidas à metade por um percentual composto de etnia, egressos da escola pública, particular e de níveis de renda[de difícil de entendimento] e postergadas na totalidade da ocupação de suas vagas por 05 anos, por decreto de D. Dilma, que jamais demonstrou interesse pelo assunto.

O estatuto da Igualdade racial do DEM, nasceu esvaziado e falido, inútil portanto para nossas demandas. Que com ou sem estatuto só teria uma chance diante da unidade programática, na diversidade, e da organização política de negros e negras, pensando metas e conquistas para 5, 10, 20, 30 anos pra frente.

Destaco a violência policial e do genocídio do povo negro. O Mapa da Violência, confeccionado por uma ONG Argentina e divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos em 2012, demonstrando que entre 2001 e 2012, morreram por homicídio, no Brasil, 515.000 mil pessoas. Cifras estas, só comparáveis mundialmente com os 11 anos de guerra civil mais intensa em Angola, onde pereceram 550.000 africanos.

Entretanto o que salta aos olhos, é que 2/3, cerca de 380.000 dessas vítimas, são jovens negros entre 14 e 25 anos, o que significa mais de 30.000 a/ano; e mais de 3.000 a/mês, equivalendo uma boate Kiss de Santa Maria-RS, com mais de 250 vítimas fatais negras a cada 02 dias, sem que ninguém se sensibilize, seja a sociedade, a mídia, os políticos, os partidos, o governo, e pior, até as organizações do MN e seus militantes, preocupados em não cobrar, nem desgastar os governos e seus partido, tornando-se cúmplices dessa matança de nossos irmãos e irmãs.

Há pouco mais de um ano, a presidente Dilma, baixou um Balão de Ensaio denominado

CONT.



Programa Juventude Viva, no estado de Alagoas, o menor estado da Federação, onde os índices de homicídios [guardadas as proporções tamanho geográfico e população], são os maiores do Brasil, e o terceiro do mundo. Incidindo sobretudo, contra a juventude negra daquele estado.

Demagógico e eleitoreiro, o programa Juventude Viva, é um balão de ensaio para um pequeno estado, com o propósito de estudar por 3 anos, as causas desses homicídios, quando se sabe de antemão que se poderia obtê-los dos movimentos sociais que combatem o genocídio, imediatamente, nos institutos de pesquisa que apontam as razões, na academia, que se quiser pode levantar no curto prazo elementos econômicos, sociológicos, antropológicos, educacionais, culturais, sociais e políticos de modo a contribuir com as soluções. Isto sem contar com os relatórios dos IMLs e da própria segurança pública.

O que prevalece é o racismo genocida da sociedade e do estado brasileiro, predominando na realidade a falta de vontade política, a exemplo do que [não]fazem, não implementando a lei 10639.

Enquanto poder econômico e os políticos se locupletam em benefício próprio, do estado e de seus recursos, amealhando fortunas pessoais e para suas campanhas eleitorais: deixam de cumprir com as funções para as quais foram eleitos, de se empenhar e garantir os direitos do povo: de emprego, educação, saúde, moradia, transporte, cultura, lazer e esporte PADRÃO FIFA.

Quando os políticos, partidos e governos, não cumprem com sua parte, abandonando o povo à própria sorte, liberam e jogam a polícia para fazer o serviço sujo, de perseguir lideranças populares, criminalizar suas lutas e patrocinar o genocídio do povo negro, através de ações das forças institucionais e de grupos de extermínio compostos por policiais na clandestinidade, em uma "Guerra Não Declarada" contra uma parte da nação, os cidadãos e cidadãs, negros, indígenas e pobres.

O "Juventude Viva" é uma das maiores farsas do Governo Dilma, balão de ensaio, criado a 1 ano e meio, continua no papel no pequeno estado de Alagoas [pasmem: Dilma declarou no lançamento, que tinha apoio do governo do estado], não modificando nada a realidade de assassinatos de jovens negros, naquele estado, nem em nenhum outro do Brasil, com toda propaganda eleitoreira, uma vez que a primeira verba de R\$ 80 Milhões de reais só agora começa a ser liberado.

Outro grande exemplo disso, são as obras da Copa, que resultaram na queima criminosa de inúmeras comunidades de favela, remoções forçada de comunidades e bairros pobres inteiros, para favorecer obras de estádios e de ligação entre esses e empreendimentos hoteleiros, deixando essa população sem moradia, inflacionando os preços imobiliários com a nova infraestrutura de modo a reciclar e multiplicar capitais antes estagnados, beneficiando empresários e o capital nacional e estrangeiro, forçando aquela população se mudar para a periferia, sem que goze de qualquer benefício do legado da copa do Mundo.

Com o fim das obras da Copa, do PAC I e II e do Minha Casa, Minha Divida, que criou postos

CONT.



de trabalho e renda para seguimentos menos qualificados, beneficiando basicamente a classe média baixa com rendas familiares de até 04, 05 salários mínimos, a oferta de trabalho deverá reduzir significativamente, e com a crise financeira internacional, a desindustrialização brasileira e a queda da exportação de commodities, metais, minerais brutos, soja, açúcar, café e milho, a tendência é que se acentue o desemprego e advenha com isso a crise, até agora contornada com a venda de eletroeletrônicos, automóveis, apartamentos e turismo. Tudo isso foi alertado pelo ex- presidente do IPEIA, Marcio Pochmann, à dois anos as vésperas de sua candidatura a prefeito de Campinas. Dizia ele: "A nova classe média é uma falácia, o que existe é uma classe trabalhadora, individualista, não sindicalizada, consumista e sem consciência, não sustentável, porque seus empregos não estão assegurados, e não solidaria."

Esse é um momento a que irmãs e irmãos negros militantes das muitas organizações negras, nacionais, estaduais e locais, encararem a realidade, e barrar o racismo que mata, com a convivência de seus partidos, seus políticos e seus governos, e demonstrarem o compromisso e a responsabilidade primeiro com a defesa de nosso povo, nossas crianças e com nossos jovens, numa demonstração da prioridade de seus compromissos. Propomos um programa Mínimo que nos identifique e nos una nacionalmente em uma série de ações conjuntas que nos leve a solução desses problemas:

- 1º) Garantia da vida com o fim do extermínio da juventude, e do genocídio do povo negro;
- 2º) A Titulação de todos os Territórios Quilombolas e demarcação dos territórios indígenas;
- 3º) O Combate ao Racismo Religioso, que ameaça o Brasil com um estado confessional, fundamentalista cristão-evangélico;
- 4º) Implementação da lei 10.639 e da 11....que inclui a cultura e a história dos povos indígenas;
- 5º) A Reparação Históricas e Humanitárias, um Programa estratégico de cunho ideológico-cultural-econômico e histórico, deliberado pelos povos africanos e da diáspora na 2ª Conferência Internacional Contra o Racismo, a Xenofobia e discriminações correlatas, Durban-Africa do Sul-2002, da qual o Brasil é signatário, por conta da sequestro, tráfico transoceânico, colonialismo, escravismo e racismo, crime continuado que mantém fora dos direitos da nacionalidade a maioria negra, indígena, empobrecida e marginalizada do país.

A unidade de um povo, se faz com propostas, com projeto Político, com programa, necessários e acordados, depois disso, todos devem assumir o compromisso e a responsabilidade de executá-las. É preciso romper com o comportamento oportunista de deliberar e não cumprir colocando em prática o acordado.

-

*Reginaldo Bispo integra o MNU de Lutas, Autônomo e Independente.

Comunidade Guarani Kaiowá mais ameaçada enfrenta nova reintegração de posse
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.01.2014



Imagem capturada de vídeo de Oriel Benites, de setembro de 2013

Por Ruy Sposati, em Cimi

A comunidade Guarani Kaiowá mais ameaçada do momento, o tekoha Apyka'i, no município de Dourados (MS), poderá enfrentar mais uma reintegração de posse.

Uma nova manobra judicial garantiu que uma decisão – já cumprida – da Justiça Federal de 2009, em favor do Cássio Guilherme Bonilha Tecchio, proprietário da Fazenda Serrana, fosse, mais uma vez, utilizada contra os indígenas.

Agora, os Kaiowá tem 30 dias para sair do local, onde estão acampados desde setembro de 2012. O prazo para o despejo passa a contar a partir desta segunda-feira, 27. A liderança da comunidade, Damiana, reafirma que os indígenas não sairão da terra.

Até setembro do ano passado, a área era utilizada pela Usina São Fernando para plantio de cana em larga escala. Foi quando Damiana e sua comunidade retomaram o território, depois de 14 anos acampados à beira da rodovia BR-463, a 8 quilômetros do centro de Dourados, e voltaram a incomodar os produtores da usina. A terra reivindicada pelos Kaiowá como tradicional está em processo de identificação e delimitação pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

"Agora não vou deixar mais cortar cana e nem passar veneno", afirma a cacica Damiana. Ela quer dizer que os Kaiowá não pretendem sair da fazenda. "Meu pai morreu aqui no tekoha.

CONT.



Cemitério antigo tá aqui, fazendeiro botou fogo em tudo. Agora só usina usa. Chega. Chega de aproveitar a terra aqui a usina. Usina não vai mais cortar cana”.

“Deixa assim mesmo. Apodrecer a cana”. Ela se refere às plantações que estavam no local no momento da retomada. “Eu não vou sair mais daqui. Pode ser tiro, não vou sair mais não. E não vou deixar colher nem passar veneno”.

A usina

Instalada em Dourados em 2009, a Usina São Fernando é um empreendimento do Grupo Bertin, um dos maiores frigoríficos produtores e exportadores de itens de origem animal das Américas, e da Agropecuária JB, ligada ao Grupo Bumlai, especializado em melhoramento genético de gado de corte. Um dos territórios utilizados pela usina para produzir cana é reivindicado pelo Kaiowá do Apyka’i.

Em 2010, sob perigo de perder sua licença de operação em função de diversos descumprimentos legais em questões trabalhistas, ambientais e indígenas, a usina teve de assinar um termo de cooperação e compromisso de responsabilidades na Justiça.

Entre as condicionantes estabelecidas pelo Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho e MPF, a usina era obrigada a não renovar o contrato de arrendamento da fazenda Serrana, de Cássio Guilherme Bonilha Tecchio, propriedade que incide sobre o território reivindicado como Apyka’i pela família de Damiana, quando o atual findasse.

O tekoha

Já a história dos Guarani Kaiowá se perde no tempo – mas, em seu ciclo particular de cana-de-açúcar, os anos de beira de estrada, uma série tragédias acometeu a família de Damiana. Cinco pessoas morreram por atropelamento – o último, Gabriel, um dos netos de Damiana, morto em março de 2012, aos 4 anos de idade. Uma idosa faleceu, segundo indígenas, envenenada por agrotóxicos utilizados nas plantações que circundam o acampamento.

Tentaram retomar o território algumas vezes. A última tentativa havia acontecido em junho de 2008, e duraria até o cumprimento da decisão judicial citada no início do texto. Depois de expulsos, a comunidade voltaria a viver na beira da estrada.

Em setembro de 2009, um grupo armado atacou o acampamento, atirando em direção aos barracos. Um Kaiowá de 62 anos foi ferido por tiros, outros indígenas agredidos e barracos e objetos foram queimados.

Também em 2012, em agosto, ainda acampados na beira da estrada, um incêndio que segundo indígenas teria sido iniciado propositalmente no canavial da Usina São Fernando alastrou-se pelo acampamento, destruindo barracas, alimentos e pertences dos indígenas, forçando-os a fugir. A causa do incêndio ainda não foi confirmada.

Pouco mais de um mês depois, em 16 de setembro, contudo, depois de 14 anos acampados na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 16./ 2014

Brasília, 28 de janeiro de 2014.

rodovia, a comunidade mais uma vez moveu seu acampamento para dentro do território reivindicado como tradicional, onde hoje incide a fazenda Serrana, utilizada pela São Fernando para a monocultura em larga escala de cana-de-açúcar.

“Nós nunca mais vamos sair daqui. Se nós matarem, peço que tragam pás para nos enterrar. Mesmo que nos invadem aqui, não vamos sair nunca mais. Vamos resistir aqui. Mesmo que nos ameçam vamos ficar aqui. A luta sempre vai continuar, mesmo eu morrendo, porque eu tenho vários netos”, afirma Damiana.



Depoimento de Damiana, cacique Guarani Kaiowá ameaçada por pistoleiros
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.01.2014

<http://vimeo.com/84799679>

Por Delírio Verde

Dreyfuss, Bunge, Raizen são algumas das empresas na lista de transnacionais que exploram as terras indígenas dos Kaiowá Guarani já demarcadas ou em processo de demarcação no estado do Mato Grosso do Sul plantando cana-de-açúcar.

Na luta por um destes territórios há mais de duas décadas, a cacica Damiana Cabanha, de 73 anos, resiste com sua família em um acampamento na entrada da fazenda de onde foi expulsa. Por sete vezes, Damiana e seus familiares tentaram retornar à terra Apykai, onde se encontram enterrados seus antepassados, mas foram expulsos pela justiça ou por pistoleiros. Neste período, a cacica conta que seis parentes seus foram mortos atropelados na rodovia, envenenados por agrotóxico ou em emboscada de pistoleiros.

No último retorno, ocorrido em outubro [setembro] de 2013, as terras da fazenda onde se encontram os túmulos dos familiares de Damiana já estavam quase totalmente cobertas de cana-de-açúcar, com exceção a um resto de mata ciliar que margeia um pequeno córrego. "Eu estou aqui na minha terra tradicional e não vou deixar mais cortar cana, porque a usina já levou bastante lucro. Já colheu bastante".

A comunidade de Apykai tem denunciado ataques sistemáticos de pistoleiros ao acampamento onde resistem os Kaiowá Guarani.

Indígenas protocolam reivindicações no Ministério Público Federal, em RR
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.01.2014



Retirados do prédio da Secretaria, eles estão embaixo de cajuero. Segundo secretário, índios não o procuraram em nenhum momento.

Por Natacha Portal, do G1 RR

Os indígenas que estão acampados desde o dia 17 de janeiro na Secretaria Estadual do Índio (SEI) protocolaram na tarde desta segunda-feira (27), no Ministério Público Federal (MPF), uma série de reivindicações em nome do Movimento por Política Justa e Solidária (MPJUS), Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (Sodiur), Associação dos Povos Indígenas de Roraima (Apir), Associação Estadual Indígena Kuwaikîrî de Boa Vista e Associação dos Povos Indígenas da Terra de São Marcos (APITSM).

Entre as dez reivindicações que fazem parte da pauta dos indígenas, constam que a indicação de nomes para os cargos de secretário titular, secretário-adjunto, diretores e chefes de divisão deve ser feita pelas organizações e associações indígenas e que seja realizada a entrega imediata dos materiais adquiridos pela Secretaria para as comunidades.

“Nós já protocolamos na Funai, na Assembleia Legislativa e hoje nós decidimos vir ao Ministério Público Federal, para ver a questão dos adubos e materiais que estão armazenados na Secretaria e os recursos que não são gerenciados da maneira correta. Que o Ministério Público venha fazer uma investigação”, declarou Rondinele Moraes, secretário-geral da Sodiurr.

CONT.



A realização de um seletivo para professores indígenas também é uma das reivindicações do grupo, além da criação de um Núcleo Indígena em Boa Vista, com moradia e estrutura básica para atender os índios que residem na cidade.

Ainda segundo Moraes, após a retirada dos indígenas das dependências da Secretaria do Índio, o grupo está acampado embaixo de um cajueiro, logo atrás do prédio da SEI. "Eles nos proibiram de usar os banheiros e a cozinha da Secretaria. O secretário [Chico Roberto] não procurou a gente em nenhum momento e, quando queremos, ele só fala com a gente se tiver polícia junto" afirmou.

Outro lado

O atual secretário do Índio, Chico Roberto, afirmou que em nenhum momento os indígenas o procuraram para entregar suas denúncias. "A única vez que eles vieram aqui foi na sexta-feira (17), quando eu os recebi. Eles apenas disseram: 'Você se retire daqui, pois nós vamos ficar aqui na Secretaria'. Eu respondi que não sairia. Essa foi a única vez", ressaltou.

Segundo Roberto, os indígenas foram proibidos de utilizar a cozinha para fazerem suas comidas, mas o uso da água está liberado.

"Eles querem cozinhar, fazer comida para 15 pessoas e nós não temos estrutura para isso, pois fico até sem poder fazer café", afirmou. O secretário relatou também que os índios quebraram os banheiros e os funcionários da secretaria reclamaram da situação.



Policiais monitoram grupo que invadiu terra indígena em MT

SÍTIO ACESSE NOTÍCIAS, 28.01.2014

A Polícia Federal (PF) informou na tarde desta segunda-feira (27) que já mantém agentes federais na área da terra indígena Marãiwatsédé, região nordeste do estado, a fim de identificar e monitorar as atividades do grupo que invadiu a reserva xavante neste fim de semana. O trabalho visa cumprir decisão da Justiça no dia anterior determinando o uso de força federal para conter as famílias que, a cerca de um ano após serem despejadas, agora insistem em reocupar os 165 mil hectares de terra. A PF não informou quantos antes, oriundos da delegacia de Barra do Garças (a 516 km da capital), monitoram a área.

O despacho, assinado pelo juiz Jefferson Schneider, da 5ª Vara Federal de Mato Grosso, também determinou o envio de forças da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Segundo o inspetor José Hélio Macedo, equipes de agentes rodoviários em Cuiabá já estão prontas para juntar-se a agentes da delegacia de Barra do Garças e partir na manhã desta terça-feira (28) para Marãiwatsédé - nas proximidades do município de Alto Boa Vista, a 1.064 quilômetros da capital - para cumprir a decisão judicial. Ele não informou quantas equipes estarão envolvidas neste trabalho alegando questão de segurança.

Segundo a PF, a ordem é de identificar os integrantes do grupo que invadiu a terra indígena e investigar sua atuação, sem qualquer ação ostensiva por enquanto na área da antiga Fazenda Suiá Missú (demarcada como terra indígena em 1998).

Retomada

A quase um ano do fim do processo de desinversão levado a cabo por PF, PRF, Força Nacional e Exército, um grupo de ex-ocupantes da terra indígena retornou ao local no último fim de semana. O advogado Luiz Alfredo Ferezin de Abreu defendeu as famílias e produtores rurais durante o processo judicial que culminou com a desinversão judicial no final de 2012 e informou nesta segunda-feira que cerca de 200 famílias resolveram retornar às terras de onde foram retiradas.

As famílias estão concentradas na área conhecida como "Posto da Mata", cuja estrutura é uma das poucas não demolidas pelas forças federais após o despejo das famílias - processo encerrado em abril de 2013. Além do posto, há outras estruturas ainda em pé, como uma escultura de Cristo Redentor e alguns silos para armazenamento de grãos.

Ele esclareceu que a Associação dos Produtores da Suiá Missú (Aprosum) não apoia a iniciativa da invasão das terras. Isso porque se trata de uma desobediência à Justiça, por meio da qual, acredita, ainda existem chances de recobrar o direito dos posseiros sobre as terras xavantes.

Por outro lado, o advogado explicou que a lógica que move os invadores é a de que, se o governo não cumpriu sua parte (assentamento das famílias necessitadas após a desinversão), eles também não precisam cumprir a parte deles e se desfazer da terra.

CONT.



Desintrusão

Desde 1992, a então gleba Suía Missú foi ocupada em grande parte por produtores rurais, a maioria pecuaristas, e famílias que se mudaram para o vilarejo que se formou, denominado Estrela do Araguaia (Posto da Mata), a despeito da decisão do governo federal de demarcar a terra como reserva xavante Marãiwatsédé.

Após longo processo judicial no qual os ocupantes não-índios perderam o direito sobre as terras, a força-tarefa conjunta coordenada por oficiais de Justiça e forças policiais cumpriu em dezembro de 2012 decisão de "desintrusão", operação que resultou no abandono forçado da área. A Justiça determinou que a União providenciasse assentamentos da reforma agrária às famílias necessitadas. Porém, cerca de um ano depois, parte das famílias ainda segue em condições de extrema pobreza, segundo o advogado da Aprosum. "A terra era tudo o que tinham. Estavam passando fome e resolveram voltar", declarou nesta segunda-feira.



Grupo de trabalho vai discutir universidade indígena

SÍTIO PORTAL SOMA, 28.01.2014

Diferenças étnicas serão levadas em consideração

Grupo de trabalho começa a discutir em março a criação de uma instituição de educação superior intercultural indígena. O grupo é formado por seis representantes indígenas, seis de instituições e quatro do MEC (Ministério da Educação). Segundo o MEC, a tarefa da equipe será gerar o melhor desenho de como trabalhar os saberes indígenas. A portaria que institui o grupo de trabalho foi publicada nesta segunda-feira (27) no Diário Oficial da União.

A secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Macaé Evaristo, vai coordenar o grupo de trabalho. De acordo com o MEC, a tarefa do grupo será não simplesmente levar o índio para uma universidade, mas pensar em como construir, no país, dentro das universidades públicas, uma rede que dê conta de tratar das questões indígenas nas diferentes áreas.

Deverão ser levados em consideração as diferenças étnicas dos povos, o acúmulo de conhecimentos e as distâncias territoriais. O Censo de 2010 mostra que quase 0,5% da população brasileira é indígena. São 896,9 mil indivíduos de 305 etnias. Eles são responsáveis por 274 idiomas falados em território nacional.

A reunião de março vai definir a agenda e um calendário de atividades do grupo de trabalho. Ao longo das discussões, haverá encontros com pesquisadores da temática indígena e com líderes dos povos e será avaliada a possibilidade da realização de um seminário internacional sobre o tema. Deverão ser convidados representantes de países como a Bolívia, que tem cinco universidades de povos indígenas e 22 cursos; da Nicarágua, que tem duas universidades e dez cursos; do México, que conta com oito universidades e 49 cursos, e dos Estados Unidos, onde há duas universidades.



As doenças culturais

SÍTIO PORTAL SÃO MIGUEL, 28.01.2014

Há alguns dias atrás, eu assistia a uma palestra do cientista brasileiro Laércio Fonseca, ex-professor da USP. Nesta oportunidade ele comentava sobre uma pesquisa feita pela PUC/SP sobre os índios da Amazônia. Segundo o seu relato, nesta pesquisa eram coletados dados históricos sobre a saúde, qualidade de vida e bem estar, segundo os dados relatados pelos próprios nativos. O que chamou muito a atenção dos pesquisadores, foi a informação repassada pelos índios (informação que passou de geração em geração dos índios), de que após a introdução do homem branco em seu meio, começaram a surgir casos de depressão e suicídio entre os índios. Antes haviam casos isolados, mas depois da chegada do homem branco, o número de casos atingiu proporções que assustava os próprios nativos. A conclusão a que os pesquisadores chegaram foi de que o tipo de cultura imposta pelo homem branco (principalmente a religiosa), destruiu completamente o bem estar daquele povo. E podemos compreender isso facilmente. Basta imaginar aquelas pessoas vivendo em um estado de conexão com a natureza, sem competição, mas apoio mútuo e, o principal, vivendo em nudez, mas sem qualquer malícia ou perversão; é óbvio que o homem branco dotado de toda a sua "cultura e moralidade" jamais aceitará tal situação. Era necessária uma urgente conversão religiosa, senão todos estariam "despertando a ira de Deus e estariam condenados ao inferno".

Pois bem, é apenas uma pesquisa, mas que condiz perfeitamente com a conhecida história de dominação do homem branco nos mais diversos pontos das Américas. Esta é uma questão importante para trazermos uma reflexão à nossa vida pessoal e, fatalmente perceberemos que hoje nós mesmos somos um reflexo desse tipo de condicionamento cultural trazido, principalmente, da Europa. Veremos que apesar de tanto tempo, ainda estamos submersos no sentimento de culpa e de medo; continuamos achando a submissão religiosa uma bênção; continuamos achando que as diferenças, principalmente raciais e sexuais, existem porque tais indivíduos são inferiores; etc. Claro, muitas coisas mudaram. Se um texto como esse fosse publicado há algumas décadas atrás eu seria perseguido e condenado a sabe-se lá o quê. Mas muitas coisas ainda precisam mudar, e o primeiro passo está no nosso foco mental. Precisamos, primeiramente, sair da condição mental de que somos pecadores; somos sim seres imperfeitos, mas quem é que vai condenar você por sua imperfeição? Buda dizia que o sofrimento existe sim, mas que é apenas um fruto de nossa ignorância, da nossa falta de sabedoria. Porém, essa sabedoria só pode vir de um lugar: de nossa própria consciência, bem lá no fundo, num cantinho escuro que precisa apenas ser arejado para irradiar sabedoria e compaixão, algo que é totalmente o oposto de condenação e imposição. A única maneira de nos curarmos dessas doenças culturais é através do amor. O amor é o único remédio para a ignorância, o julgamento e a opressão. E a boa notícia é que está ao alcance de todos.

"A vida não é um castigo: é tão valiosa que só pode ser vista como uma recompensa. Você devia estar grato à existência por ter sido escolhido para respirar, amar, cantar e dançar".Osho.

Leandro Severgnini



Deputado cobra ação do governo em área indígena invadida no MT
SÍTIO AGRONOTÍCIAS, 28.01.2014

O deputado estadual Ezequiel Fonseca (PP) se posicionou contrário, ontem, à atitude do governo federal em desapropriar as sete mil famílias de trabalhadores rurais da gleba Suiá-Missù e deixá-los em situação miserável. O parlamentar espera que o governo reveja a situação e tome providências de imediato.

“O que o governo fez com as famílias da gleba Suiá-Missù não se faz com nenhum ser humano, pessoas que passaram mais de 20 anos produzindo e garantindo a sobrevivência foram retiradas à força de suas casas. No ato de desintrusão destruíram casas, escolas, posto de saúde para deixar todos em extrema pobreza, idosos, crianças sem nenhum lugar para morar”, frisa.

Os vereadores progressistas de Alto Boa Vista, Mazinho, Marcelo e Nivaldo afirmam que estão aguardando uma proposta do poder público a fim de tirar os milhares de famílias da extrema miséria.

“As famílias foram expulsas, recebendo apenas um kit lona, pessoas que trabalharam a vida toda para garantir um pedaço de terra para produzir, muitos estão em depressão, morando em casas de parente ou às margens da rodovia, também houve casos de suicídio”, ressalta o vereador Nivaldo.

O vereador Mazinho observa que os 300 índios viviam em 20 mil hectares de terras e, com a desintrusão das sete mil famílias, ficaram com mais 165 mil hectares de pasto formado. “Os índios dizem que as terras nunca foram deles, mas FUNAI desapropriou as famílias de forma cruel, sem saber da real situação da localidade. Até hoje nenhum índio passou a utilizar a área, todos somos amigos, eles reconhecem a verdade sobre os fatos”.

Neste domingo (26), cerca de 300 pessoas estão alojadas no Posto da Mata em forma de protesto contra o governo que por não oferecer nenhum suporte aos agricultores que foram retirados da área. Na ocasião, a Justiça Federal determinou que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal sejam intimadas para que retornem a região em razão do risco de invasão à terra.

Fonte: Só Notícias/Agronotícias com assessoria

Funai pede proteção da Polícia Federal para os índios do Morro dos Cavalos
SÍTIO RÁDIO VERDE VALE, 28.01.2014



Representantes da Funai temem que o pedido de anulação do processo de demarcação da terra indígena de Morro dos Cavalos - protocolado pelo Estado de Santa Catarina no Supremo Tribunal Federal - possa incitar confrontos entre os índios e as famílias não indígenas que vivem no local.

Por isso, a regional Litoral Sul encaminhará ainda nesta semana um relatório para a Polícia Federal, alertando sobre os riscos e pedindo a proteção dos índios.

— Já temos a informação de que as mangueiras de água que abastecem a comunidade foram cortadas. Não podemos esperar que o pior aconteça para agir. Se o Estado não concorda com a demarcação deveria mesmo recorrer à Justiça, mas não dá para jogar a população contra os índios, culpando-os por uma obra que está atrasada — diz o assistente da coordenação regional Litoral Sul da Funai, Nuno Nunes.

A procuradoria Geral do Estado protocolou no fim da tarde de sexta-feira a ação, pedindo para anular a portaria 771/2008 do Ministério da Justiça — que reconhece uma área de 1988 hectares como terra indígena.

O Estado questiona a maneira como foi feito o processo de demarcação e intercede por 70 famílias não indígenas que vivem no local e não receberiam indenizações para deixar a área.

Estado pede anulação de demarcação das terras indígenas

O problema seria a quantia das indenizações, que estaria em desacordo com os valores de mercado. De acordo com a Funai, há tentativa de acerto desde que a terra foi reconhecida pelo Ministério da Justiça como sendo tradicionalmente indígena, em 2008.

Só que a Fundação Nacional do Índio, por entender que a União não pode pagar por uma terra que já seria de sua propriedade, diz que seriam avaliadas somente as bem feitorias e que o Estado é quem teria que pagar pelas terras hoje ocupadas pelos não indígenas.

Obras só serão liberadas se terra indígena for demarcada

Acusada de chantagear o governo, de que estaria se aproveitando da urgência das obras de
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 16./ 2014

Brasília, 28 de janeiro de 2014.

duplicação da BR-101 Sul para pleitear a homologação da terra indígena - apesar de reconhecida pelo Ministério da Justiça a área ainda não teve a anuência da presidente da República - a Funai se defende. Nunes diz que com a quarta pista, obra emergencial até a construção dos túneis, a rodovia ficaria muito próxima das casas dos índios.

Ele argumenta que como o local ainda é dividido com as famílias não indígenas, falta espaço para que os índios mudem para um ponto mais afastado da pista. Hoje cerca de 200 índios vivem em uma área de quatro hectares. A área requerida como tradicionalmente indígena tem 1988 hectares.

Além disso, a Funai declara que para analisar a proposta é necessário que o projeto da quarta faixa seja incluído no mesmo projeto dos túneis e que fique claro de que se trata de uma obra emergencial e quais os impactos serão gerados.

O trecho entre os quilômetros 232 e 235 é um dos gargalos da BR-101. A obra é discutida desde o início do século e só no ano passado teve a Licença Prévia emitida pelo Ibama. Porém, para que a construção seja liberada ainda é necessária a Licença de Instalação - o que ainda não há previsão. A construção dos túneis levaria três anos.

Por: Marcia Regina

Famílias notificadas para deixarem reserva estão cadastradas pelo Incra
SÍTIO G1, 28.01.2014

Não índios serão reassentados em locais próximos de antigas propriedades. Etapa das notificações dos não índios está em sua fase final.

Do G1 MA com informações de O Estado



A atividade faz parte do processo de desintrusão da área, iniciado no dia 15 deste mês (Foto: Manoel Costa)

Um total de 120 famílias notificadas para deixar a terra indígena dos Awá-Guajá, localizada no noroeste do Maranhão, foi registrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para reassentamento em locais próximos de suas antigas propriedades. A atividade faz parte do processo de desintrusão da área, iniciado no dia 15 deste mês.

De acordo com o superintendente do Incra no Maranhão, José Inácio Rodrigues, o órgão está trabalhando em quatro estratégias diferentes para reassentar as famílias que perderem as suas propriedades: um edital de compra direta de terras; trabalho de revisão ocupacional nos

assentamentos próximos da região; levantamento de áreas públicas que estão sob jurisdição do Programa Terra Legal; e áreas que foram recentemente decretadas pela Presidência da República para fins de reforma agrária. "Além disso, há uma equipe do Incra e do Iterma [Instituto de Colonização e Terras do Maranhão] fazendo o levantamento de áreas públicas estaduais no município de Zé Doca, que é uma das áreas próximas de onde as famílias estão sendo remanejadas", explicou José Inácio Rodrigues.

Ele afirmou, ainda, que o trabalho de identificação das áreas onde as famílias serão reassentadas ainda não tem um prazo para ser concluído. "Ainda não há um prazo definido para a conclusão desse trabalho. Nesse momento, estamos fazendo a identificação das áreas que nós apresentaremos para o juiz em uma audiência, que acontecerá no dia 29 deste mês", disse.

Notificação

A etapa das notificações dos não índios que ocupam a terra indígena Awá, no interior do Maranhão, está em sua fase final, com 90% do processo concluído. Até agora, 369 famílias foram notificadas, incluindo pequenos, médios e grandes proprietários. As famílias de não índios têm 40 dias para sair voluntariamente da terra, contados a partir do dia do recebimento da notificação, levando seus bens.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 16./ 2014

Brasília, 28 de janeiro de 2014.

A terra dos Awá se estende por uma área de aproximadamente 116 mil hectares que compreende os municípios maranhenses de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca, próximo à fronteira entre o Maranhão e o Pará. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), existem hoje apenas 400 índios da etnia, divididos em quatro aldeias diferentes, e alguns nunca tiveram contato com o homem branco.



Suiá-Missú: Ezequiel Fonseca pede providências do Governo Federal em favor das famílias desalojadas

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUÁIA, 28.01.2014

O deputado estadual Ezequiel Fonseca (PP), se posicionou nesta segunda-feira (27), contrário à atitude do governo federal em desapropriar as sete mil famílias de trabalhadores rurais da gleba Suiá-Missú e deixá-los em situação miserável. O parlamentar espera que o governo reveja a situação e tome providências de imediato.

“O que o governo fez com as famílias da gleba Suiá-Missú não se faz com nenhum ser humano, pessoas que passaram mais de 20 anos produzindo e garantindo a sobrevivência foram retiradas à força de suas casas. No ato de desintrusão destruíram casas, escolas, posto de saúde para deixar todos em extrema pobreza, idosos, crianças sem nenhum lugar para morar”, frisa.

Os vereadores progressistas de Alto Boa Vista, Mazinho, Marcelo e Nivaldo afirmam que estão aguardando uma proposta do poder público a fim de tirar os milhares de famílias da extrema miséria.

“As famílias foram expulsas, recebendo apenas um kit lona, pessoas que trabalharam a vida toda para garantir um pedaço de terra para produzir, muitos estão em depressão, morando em casas de parente ou às margens da rodovia, também houve casos de suicídio”, ressalta o vereador Nivaldo.

O vereador Mazinho observa que os 300 índios viviam em 20 mil hectares de terras e, com a desintrusão das sete mil famílias, ficaram com mais 165 mil hectares de pasto formado. “Os índios dizem que as terras nunca foram deles, mas FUNAI desapropriou as famílias de forma cruel, sem saber da real situação da localidade. Até hoje nenhum índio passou a utilizar a área, todos somos amigos, eles reconhecem a verdade sobre os fatos”.

Neste domingo (26), cerca de 300 pessoas estão alojadas no Posto da Mata em forma de protesto contra o governo que por não oferecer nenhum suporte aos agricultores que foram retirados da área. Na ocasião, a Justiça Federal determinou que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal sejam intimadas para que retornem a região em razão do risco de invasão à terra.

Adrielle Piovezan



Remanescentes de quilombolas buscam reconhecimento em Bom Retiro do Sul
SÍTIO RÁDIO INDEPENDENTE, 28.01.2014

BOM RETIRO DO SUL- Reunião no sábado passado, discutiu o reconhecimento da remanescente quilombola de 40 famílias da comunidade de Cupido, interior de Bom Retiro do Sul. O encontro ocorreu no centro comunitário local, e contou com a presença de moradores, representantes do governo do estado e integrantes da Emater/Ascar.

Conforme o professor e militante das causas envolvendo a inclusão social dos afro-descendentes, Gilson dos Anjos, foi constituída uma ata do encontro. "O próximo passo será a decisão, que deve partir da comunidade, sobre a sequencia ou não do processo de reconhecimento", completa Gilson. A homologação cabe a Fundação Zumbi dos Palmares, com sede no Rio de Janeiro.

De acordo com o professor, a condição de comunidade remanescente quilombola reverte em diversos benefícios. "A comunidade poderá ser beneficiada com a inclusão em programas sociais nas áreas da habitação, educação e saúde", frisa dos Anjos. Uma nova reunião com a comunidade de Cupido esta marcada para o dia 15 de março.

Os quilombolas

Tradicionalmente, os quilombos eram das regiões de grande concentração de escravos que não aceitavam o cristianismo, afastados dos centros urbanos e em locais de difícil acesso.

Os seus habitantes, denominados de "quilombolas", eram, originalmente, agrupamentos de ex-escravos fugidos de seus senhores desde os primeiros tempos do período colonial. Em algumas épocas e locais, tentaram reproduzir a organização social africana, inclusive com a escolha de reis tribais. LF.



Boletim de Notícias - Edição nº 16./ 2014

Brasília, 28 de janeiro de 2014.

A História dos Tenharins

SÍTIO CEDEFES, 28.01.2014

Os Tenharim, como outros povos, travam há décadas uma luta dramática por seu território. Assista ao vídeo e entenda esta história.

<http://www.youtube.com/watch?v=hV4vWMa4q44>

Fonte: Jose Carlos Levinho - Diretor do Museu do Índio